



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 16 DE 01 DE AGOSTO DE 2014

***Institui eleição direta
para Direção de
estabelecimento de
ensino da Rede
Municipal de Ensino
de Cambará -
Paraná.***

A Câmara Municipal de Cambará, Estado do Paraná,
aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DA ELEIÇÃO DIRETA PARA DIREÇÃO

Art. 1º – Fica instituída a eleição direta para a Direção de estabelecimento de ensino da Rede Municipal de Ensino.

Parágrafo Único - A eleição direta está baseada no atendimento ao princípio da gestão democrática, expresso, tanto na **lei nº 9.394/96 (LDB)**, quanto na Lei Complementar 031/2012, que Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Pessoal do Quadro do Magistério Público Municipal.

CAPÍTULO II DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art 2º – Entende-se, para efeito desta lei :

I - Direção - as funções de Diretor e Vice-Diretor(es) conforme definidas pelo regimento escolar;



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

II - Comunidade Escolar – o conjunto dos seguintes segmentos, por estabelecimento de ensino:

- a) aluno com 16 (dezesseis) anos ou mais de idade, regularmente matriculado na escola;
- b) pais ou responsáveis de aluno com menos de 18 (dezoito) anos, regularmente matriculado na escola;
- c) professores e funcionários, ambos em efetivo exercício na escola.

III - responsável de aluno - o responsável que faz o acompanhamento permanente do aluno e assina a documentação do mesmo na escola.

Art. 3º – A Direção de estabelecimento de ensino do município será eleita pela respectiva comunidade escolar, mediante eleição direta, através do voto secreto e facultativo, sendo vetado o voto por procuração.

Parágrafo Único – Para a apuração dos votos será atribuído o peso de 50% (cinquenta por cento) aos votos de cada segmento da comunidade escolar.

Art. 4º – A eleição da Direção realizar-se-à na **2ª (segunda) quinzena do mês de novembro** do último ano de mandato da Direção.

Art. 5º – O mandato da Direção eleita compreende o triênio (três anos) a partir da data da sua posse e encerra-se com a posse da Direção seguinte.

Parágrafo Único – Eventuais substituições previstas nesta lei somente completarão o tempo do mandato, podendo o candidato se reeleger por mais um mandato.

Art. 6º – A posse da Direção eleita ocorrerá na **1ª (primeira) quinzena do calendário escolar do mês de janeiro** do ano subsequente à eleição.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Parágrafo Único – O Secretário de Educação, ou pessoa designada por ele, dará posse aos eleitos, após publicada a designação no Diário Oficial.

Art. 7º - A Secretaria Municipal de Educação proverá a infraestrutura e o material necessário a realização do processo eleitoral;

CAPÍTULO III
DA VACÂNCIA, DO AFASTAMENTO, DA SUBSTITUIÇÃO E DA
DESTITUIÇÃO

Art. 8º – A vacância da função de Diretor ou Vice-Diretor ocorrerá por conclusão de mandato, renúncia, abandono de função, aposentadoria, falecimento ou destituição.

Parágrafo Único – O afastamento de Diretor ou Vice-Diretor para gozo de licenças de lei, por período superior a 02 (dois) meses, implicará em substituição temporária, enquanto durar o afastamento ou até o final do mandato, o que ocorrer antes.

Art. 9º – A destituição de Diretor ou Vice-Diretor somente poderá ocorrer motivadamente em duas hipóteses:

I – após sindicância em que lhe seja assegurado o direito de ampla defesa e ao contraditório e face à ocorrência de infração ou irregularidade funcional prevista no Estatuto dos Funcionários Públicos do município;

II – após deliberação em assembleia da comunidade escolar, convocada pelo Conselho Escolar para este fim específico, a partir de requerimento encaminhado ao mesmo com assinatura de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos membros de cada segmento da comunidade escolar.

§ 1º - A Secretaria Municipal de Educação, no caso do inciso I, poderá determinar o afastamento do indiciado durante a realização dos trabalhos, oportunizando-lhe o retorno às funções caso a decisão da sindicância seja pela não destituição.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

§ 2º - A assembléia de que trata o inciso II deste artigo, será convocada pelo Conselho Escolar em até 15 (quinze) dias após o recebimento do requerimento citado.

§ 3º - Para instalação da assembléia de que trata o inciso II deste artigo, o quórum mínimo será de 30% (trinta por cento) dos membros de cada segmento da comunidade escolar.

§ 4º - Na assembléia de que trata o inciso II deste artigo, será considerado destituído o Diretor ou o Vice-Diretor que obtiver 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos apurados, conforme fórmula para apuração de votos constante do **Anexo I**.

Art. 10 – Ocorrendo a vacância de Diretor ou Vice-Diretor, proceder-se-á nova eleição na respectiva comunidade escolar dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, na forma desta lei.

Parágrafo Único – Até finalizar a nova eleição será nomeado, pelo respectivo Conselho Escolar, um Diretor ou Vice-Diretor interino, conforme o caso.

Art. 11 – A eleição do vice-diretor apenas ocorrerá quando o número de alunos por período for superior a 300 alunos.

CAPÍTULO IV

DAS CANDIDATURAS, DOS ELEITORES E DA COMISSÃO ELEITORAL

SEÇÃO I

DAS CANDIDATURAS

Art. 12 - *Poderá candidatar-se à eleição para Diretor e Vice-Diretor(es) o professor :*

I – ser estável no serviço público municipal;

II – não ter nenhum outro vínculo empregatício no horário de funcionamento do estabelecimento de ensino;

III - ter, no mínimo, 3 (três) anos de efetivo exercício em atividades do magistério ou de suporte pedagógico nas unidades escolares;

IV – ter, no mínimo, 02 (dois) anos ininterruptos de atividade no estabelecimento de ensino.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

V- Possuir disponibilidade para o cumprimento de 40 horas semanais de trabalho, a fim de administrar a escola em todo o seu funcionamento, inclusive para atender as turmas do programa de Educação de Jovens e Adultos - EJA;

VI - Ter, nos 5 (cinco) anos anteriores à homologação da inscrição da candidatura, sido julgados inocentes em processo disciplinar e judicial no que lhes tenha sido assegurado ampla defesa;

VII- Não se enquadrar em nenhuma das hipóteses de Inelegibilidade prevista no Art. 1º, inciso I, da Lei Complementar Federal / Nº 64/90.

Parágrafo Único – Nenhum candidato poderá concorrer, simultaneamente, em mais de um estabelecimento de ensino.

SEÇÃO II DOS ELEITORES

Art. 13 - Terão direito de voto no processo eleitoral os membros dos segmentos da comunidade escolar.

Parágrafo único – Ninguém poderá votar mais de uma vez no mesmo estabelecimento de ensino, ainda que represente segmentos diversos ou acumule cargos ou funções.

SEÇÃO III DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

Art. 14 - O processo de eleição para Direção será dirigido por uma Comissão Eleitoral Central, eleita em assembléia geral das comunidades escolares.

Art. 15 - Compete à Comissão Eleitoral Central, além das demais atribuições referentes à função, as seguintes específicas:

I – estabelecer cronograma e orientações detalhadas para a realização das etapas da eleição, respeitando os períodos e prazos limites desta lei;

II – convocar a eleição e divulgar à comunidade escolar as normas e critérios relativos ao processo eleitoral;



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

III – analisar e deliberar sobre os pedidos de impugnação e recursos, em segunda instância;

IV – preparar a infraestrutura e o material necessário à eleição;

V – designar, credenciar e instruir os componentes da Mesa Apuradora;

VI – proceder a apuração final;

VII – divulgar o resultado do processo eleitoral;

VIII – encaminhar à Secretaria de Educação as Atas de Votação e de Apuração e o Mapa de Apuração com o resultado final;

IX – guardar todo o material da eleição após o encerramento do processo;

XII - resolver os casos omissos, referentes à eleição, não previstos por esta lei.

Art. 16 - A Comissão Eleitoral Central será composta por:

a) 2 (dois) professores;

b) 2 (dois) funcionários;

c) 1 (um) representante de aluno maior de 16 anos;

d) 2 (dois) representantes de pais ou responsáveis de aluno com menos de 18 (dezoito) anos;

f) 1 (um) representante de Conselho Municipal de Educação;

g) 1 (um) representante da Secretaria de Educação;

h) 1 (um) representante do Sindicato representativo da categoria dos Trabalhadores em Educação.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

§ 1º - Somente poderão compor a comissão, como representantes de seu segmento, os membros de comunidade escolar aptos a votar;

§ 2º - Os membros do magistério, integrantes da comissão, não poderão compor chapas como candidatos à Direção de escola;

§ 3º – É vedada a participação de cônjuges e parentes dos candidatos até o 2º grau, inclusive, nos termos da lei civil, na comissão;

§ 4º - Não havendo representante de alguns segmentos a comissão será composta pelos demais segmentos;

§ 5º – A Secretaria de Educação poderá indicar 1 (um) representante para compor a comissão, mediante referendo da assembléia geral;

§ 6º – O Sindicato poderá indicar 1 (um) representante para compor a comissão, mediante referendo da assembléia geral;

§ 7º – O Conselho Municipal de Educação poderá indicar 1 (um) representante para compor a comissão, mediante referendo da assembléia geral;

§ 8º – Os representantes indicados pela Secretaria de Educação, pelo Conselho Municipal de Educação ou pelo Sindicato não poderão assumir a presidência da comissão.

Art. 17 - Os membros da Comissão Eleitoral Central serão dispensados de suas atividades normais nas 24 (vinte e quatro) horas anteriores ao pleito e, antes deste prazo, mediante solicitação do presidente da comissão.

SEÇÃO IV DA COMISSÃO ELEITORAL ESCOLAR

Art. 18 - O processo de eleição para Direção, em cada estabelecimento de ensino, será encaminhado por uma Comissão Eleitoral Escolar, eleita em assembléia da respectiva comunidade escolar.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Parágrafo Único - A Comissão Eleitoral Escolar respeitará o cronograma e as orientações estabelecidas pela Comissão Eleitoral Central;

Art. 19 - Compete à Comissão Eleitoral Escolar, além das demais atribuições atinentes à função, as seguintes específicas :

- I – inscrever as chapas concorrentes à eleição de Direção na escola;
- II – analisar e deliberar sobre os pedidos de impugnação e recursos, em primeira instância;
- III – preparar a infraestrutura e o material necessário à eleição na escola;
- IV – designar, credenciar e instruir os componentes da Mesa Coletora na escola;
- VI – instalar e acompanhar a coleta de votos na escola;
- XII – zelar pelo bom andamento do processo eleitoral na escola.

Art. 20 - A Comissão Eleitoral Escolar será composta por:

- a) 2 (dois) professores;
- b) 2 (dois) funcionários;
- c) 1 (um) representante de aluno maior de 16 anos;
- d) 2 (dois) representantes de pais ou responsáveis de aluno com menos de 18 (dezoito) anos;

§ 1º - Somente poderão compor a comissão, como representantes de seu segmento, os membros da comunidade escolar aptos a votar;

§ 2º - *Os membros do magistério, integrantes da comissão, não poderão compor chapas como candidatos à Direção de escola;*



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

§ 3º – É vedada a participação de cônjuges e parentes dos candidatos até o 2º grau, inclusive, nos termos da lei civil, na comissão;

§ 4º - Não havendo representante de alguns segmentos a comissão será composta pelos demais segmentos;

Art. 21 - Os membros da Comissão Eleitoral Central serão dispensados de suas atividades normais nas 24 (vinte e quatro) horas anteriores ao pleito e, antes deste prazo, mediante solicitação do presidente da comissão.

CAPÍTULO V DAS ETAPAS DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 22 – A eleição obedecerá os períodos e prazos desta lei e às seguintes etapas, de forma consecutiva e de acordo com o cronograma estabelecido pela Comissão Eleitoral Central :

I – Preparatórias :

- a) Eleição da Comissão Eleitoral Central;
- b) Eleição de Comissão Eleitoral Escolar;
- c) Convocação para eleição da Direção;
- d) Inscrição de chapas;
- e) Divulgação das chapas inscritas;
- f) Impugnação.

II – Votação e apuração :

- a) Coleta de votos;
- b) Apuração dos votos;
- c) Apuração final e divulgação dos resultados pela Comissão Eleitoral.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

CAPÍTULO VI DO PROCESSO ELEITORAL

SEÇÃO I DA ELEIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL CENTRAL

Art. 23 – A Comissão Eleitoral Central será eleita pelas comunidades escolares, em assembléia geral, mediante eleição direta, através do voto secreto e facultativo, sendo vetado o voto por procuração.

Art. 24 - A convocação para a assembléia geral para eleição da Comissão Eleitoral Central será realizada pelo Secretário de Educação, até o final da **2ª (segunda) quinzena do mês de setembro** do último ano do mandato da Direção.

§ 1º – a convocação será feita através de edital, publicado em todos os estabelecimentos de ensino;

§ 2º - Compete ao Secretário de Educação, além da convocação:

a) disponibilizar para os candidatos à comissão, no mínimo 15 (quinze) dias antes da assembléia, a lista de votantes em cada comunidade escolar;

b) disponibilizar para a comissão, ao final da assembléia, a lista geral de votantes e a de votantes em cada comunidade escolar.

§ 3º - Se não for convocada a assembléia no prazo estabelecido nesta lei, a convocação será realizada pelo Conselho Municipal de Educação, no máximo, em 24 (vinte e quatro) horas a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao encerramento do prazo, sem prejuízo dos demais prazos.

Art. 25 - A assembléia para eleição da Comissão Eleitoral Central será realizada até o final da **2ª (segunda) quinzena do mês de setembro** do último ano do mandato da Direção.

§ 1º – A assembléia será conduzida por um dos membros das comunidades escolares eleito no início da assembléia;



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

§ 2º – somente os membros das comunidades escolares aptos a votar poderão inscrever-se como candidatos à comissão;

§ 3º – as inscrições se fará por chapas e serão realizadas durante a assembléia;

§ 4º - A eleição será proporcional, atribuindo-se aos votos de cada segmento das comunidades escolares o peso de 50 % (cinquenta por cento);

§ 5º - Será considerada eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos, conforme fórmula para apuração de votos constante do **Anexo I**;

§ 6º – o mandato da comissão iniciar-se-á com a sua instalação e terminará com a posse da Direção eleita;

§ 7º – se não for realizada a assembléia no prazo estabelecido nesta lei, o Conselho Municipal de Educação, no máximo, em 24 (vinte e quatro) horas a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao encerramento do prazo, designará os membros para compor a comissão, sem prejuízo para os demais prazos.

Art. 26 - A Comissão Eleitoral Central será instalada imediatamente após o final da assembléia geral, quando elegerá seu Presidente dentro os membros eleitos e, sempre através do registro em ata, iniciará seu mandato.

SEÇÃO II **DA ELEIÇÃO DA COMISSÃO ELEITORAL ESCOLAR**

Art. 27 – A Comissão Eleitoral Escolar será eleita em cada estabelecimento de ensino, pela respectiva comunidade escolar, em assembléia, mediante eleição direta, através do voto secreto e facultativo, sendo vetado o voto por procuração.

Art. 28 - A convocação para a assembléia para eleição da Comissão Eleitoral Escolar será realizada pela Comissão Eleitoral Central, até o final da **1º (primeira) quinzena do mês de outubro** do último ano do mandato da Direção.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

§ 1º – a convocação será feita através de edital, publicado no estabelecimentos de ensino;

§ 2º - Compete à Comissão Eleitoral Central, além da convocação :

a) disponibilizar para os candidatos à comissão, no mínimo 15 (quinze) dias antes da assembléia, a lista de votantes na comunidade escolar;

c) disponibilizar para a comissão, ao final da assembléia, a lista geral de votantes e a de votantes na comunidade escolar.

§ 3º - Se não for convocada a assembléia no prazo estabelecido nesta lei, a convocação será realizada pelo Conselho Municipal de Educação, no máximo, em 24 (vinte e quatro) horas a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao encerramento do prazo, sem prejuízo dos demais prazos.

Art. 29 - A assembléia para eleição da Comissão Eleitoral Escolar será realizada até o final da **1º (primeira) quinzena do mês de outubro** do último ano do mandato da Direção.

§ 1º – A assembléia será conduzida por um dos membros da comunidades escolar eleito no início da assembléia;

§ 2º – somente os membros da comunidades escolar aptos a votar poderão inscrever-se como candidatos à comissão;

§ 3º – as inscrições se fará por chapas e serão realizadas durante a assembléia;

§ 4º - A eleição será proporcional, atribuindo-se aos votos de cada segmento da comunidades escolar o peso de 50 % (cinquenta por cento);

§ 5º - Será considerada eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos, conforme fórmula para apuração de votos constante do **Anexo I**;

§ 6º – o mandato da comissão iniciar-se-á com a sua instalação e terminará com a posse da Direção eleita;



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

§ 7º – se não for realizada a assembléia no prazo estabelecido nesta lei, o Conselho Municipal de Educação, no máximo, em 24 (vinte e quatro) horas a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao encerramento do prazo, designará os membros para compor a comissão, sem prejuízo para os demais prazos.

Art. 30 - A Comissão Eleitoral Escolar será instalada imediatamente após o final da assembléia, quando elegerá seu Presidente dentro os membros eleitos e, sempre através do registro em ata, iniciará seu mandato.

SEÇÃO III

DA CONVOCAÇÃO PARA A ELEIÇÃO DA DIREÇÃO

Art. 31 – A convocação das eleições será feita, através de edital, pela Comissão Eleitoral Central até o final da 2ª (segunda) quinzena de outubro do último ano do mandato da Direção.

Parágrafo único – O edital convocando para eleição e indicando pré-requisitos e prazos para inscrição, impugnação, homologação e divulgação das chapas, dia, hora e local de votação e apuração, credenciamento de três fiscais de votação, além de outras instruções necessárias ao desenvolvimento do processo eleitoral, será fixado em local visível no estabelecimento de ensino, devendo a comissão eleitoral escolar remeter aviso do edital aos pais ou responsáveis por aluno com a antecedência necessária, conforme cronograma estabelecido pela Comissão Eleitoral Central.

SEÇÃO IV

DA INSCRIÇÃO DE CHAPAS

Art. 32 – As inscrições de chapas serão realizadas até o final da 1ª (primeira) quinzena de novembro do último ano do mandato da Direção.

Art. 33 – As inscrições de chapas serão realizadas pela Comissão Eleitoral Escolar no próprio estabelecimento de ensino, obedecendo o horário de funcionamento dos turnos do estabelecimento.

Art. 34 - No ato da Inscrição, as chapas deverão apresentar um Plano de Ação referente aos 3 (três anos) de mandato.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Art. 35 – A inscrição se fará por chapas, cabendo a cada um dos candidatos a diretor e Vice-Diretor (es), no momento do registro, entregar o comprovante de tempo de efetivo serviço no Magistério Público Municipal e na escola;

§ 1º – Compete a Secretaria de Educação, mediante solicitação formal do Candidato, emitir comprovante de tempo de efetivo exercício em atividades do magistério e comprovante de tempo de atividade no estabelecimento de ensino, em tempo imediatamente anterior à eleição;

§ 2º – No momento da inscrição será entregue, mediante recibo, cópia da relação de votantes para um representante da chapa.

SEÇÃO V DA PUBLICAÇÃO DAS CHAPAS INSCRITAS

Art. 36 – A publicação das chapas inscritas será feita pela Comissão Eleitoral Escolar, no máximo, em 24 (vinte e quatro) horas a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao encerramento do prazo.

SEÇÃO VI

PROPAGANDA ELEITORAL

Art. 37 - Só será permitido campanha eleitoral, após a divulgação das chapas registradas, com início e término nas datas constantes do anexo II.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Art. 38- Poderão ser realizada até 03 (três) Assembléias, uma por turno, para apresentação das Propostas de funcionamento do Estabelecimento de Ensino, bem como um plano de gestão.

Parágrafo único.

Faculta-se à Comissão eleitoral a realização de debate entre os candidatos.

Art. 39- A propaganda não poderá exceder ao tempo de 20 min. (vinte minutos) em cada sala de aula, e apenas uma chapa de cada vez.

Art. 40 - É proibida a propaganda durante todo o Processo de eleição para escolha de diretores que:

I - implicar promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza;

II - perturbar o sossego público, com algazarra ou abuso de instrumentos sonoros ou sinais acústicos;

III - caluniar, difamar ou injuriar qualquer pessoa envolvida no Processo de Consulta;

IV - empregar meios destinados a criar artificialmente nos votantes estados mentais, emocionais e passionais.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Art. 41- A propaganda irreal, insidiosa ou manifestações pessoal contra os concorrentes deverá ser analisada pela Comissão eleitoral que, se a entender incluída nessas características, determinará sua imediata suspensão, alertando os candidatos, com a devida comunicação ao Preposto para os procedimentos legais cabíveis.

Art. 42- Será vedado durante todo o dia da consulta, sob pena de impugnação da chapa:

I– Dentro do estabelecimento de ensino e suas imediações, num raio de 100 metros, a aglomeração de pessoas portando flâmulas, bandeiras, de modo a caracterizar manifestação coletiva, com ou sem a utilização de veículos.

II - Aos mesários e aos escrutinadores o uso de vestuário ou objeto que contenha qualquer propaganda de candidato.

III - O uso de alto-falantes e amplificadores de som com a finalidade de promover o candidato.

IV - Qualquer distribuição de material de propaganda,

V - A prática de aliciamento (inclusive corpo a corpo), coação ou manifestação, tendentes a influir na vontade do votante.

VI - Oferecer, prometer, ou entregar, ao votante, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza.

VII - O transporte de votantes por parte dos candidatos ou seu representante.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Art. 43- Será permitido no dia da Eleição:

Parágrafo Único:

A manifestação individual e silenciosa da preferência do cidadão por candidato, incluída a que se contenha no próprio vestuário ou que se expresse no porte de bandeira ou de flâmula ou pela utilização de adesivos em veículos ou objetos de que tenha a posse.

Art. 44- Os fiscais das chapas deverão estar identificados com o nome e/ou número do candidato que representam nos trabalhos de votação.

SEÇÃO VI DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS

Art. 45 - Qualquer eleitor poderá, fundamentadamente, solicitar impugnação ou recurso.

§ 1º - As solicitações não terão efeito suspensivo.

§ 2º - Só serão recebidas as solicitações que estiverem dentro dos prazos e instruídas com os documentos que comprovem o alegado.

Art. 46 – A solicitação de impugnação de :

I - candidatos, chapas ou membros de Mesa Coletora deverá ser encaminhada a Comissão Eleitoral Escolar, no máximo em 24 (vinte e quatro) horas a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente a publicação das chapas



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

inscritas ou da publicação da designação dos membros da mesa;

II - membros da Mesa Apuradora deverão ser encaminhada a Comissão Eleitoral Central, no máximo em 24 (vinte e quatro) horas a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente a publicação da designação dos membros da mesa.

§ 1º - Cabe a cada Comissão Eleitoral, através do seu presidente, no máximo em 24 (vinte e quatro) horas a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao recebimento da solicitação, emitir e publicar parecer a respeito.

§ 2º - Os pedidos de impugnação contra atos das etapas preparatórias, ocorridos nas 24 (vinte e quatro) horas antecedentes do dia de votação, deverão ser decididos de imediato, não cabendo recurso.

Art. 47– A solicitação de impugnação contra atos da :

I - Mesa Coletora de votos deverá ser dirigidos imediatamente ao Presidente da Mesa Coletora que decidirá de imediato. Havendo controvérsia na decisão, caberá à Comissão Eleitoral Escolar solucioná-la imediatamente;

I - Mesa Apuradora de votos deverá ser dirigidos imediatamente ao Presidente da Mesa Apuradora que decidirá de imediato. Havendo controvérsia na decisão, caberá à Comissão Eleitoral Central solucioná-la imediatamente, não cabendo recurso.

Art. 48 – A solicitação de recurso contra impugnação de chapas, candidatos, mesários ou fiscais, coleta de votos, apuração de urnas, apuração final, deverá ser encaminhada imediatamente à Comissão Eleitoral Central, que decidirá de imediato.

Art. 49 – A solicitação de recurso contra o resultado da eleição deverá ser encaminhada a Comissão Eleitoral Central, no máximo em 24 (vinte e quatro) horas a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente a publicação do resultado.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Parágrafo Único - Cabe a Comissão Eleitoral Central, através do seu presidente, no máximo em 24 (vinte e quatro) horas a partir do 1º (primeiro) dia útil subsequente ao recebimento da solicitação, emitir e publicar parecer a respeito.

SEÇÃO VII DA COLETA DE VOTOS

Art. 50 - Na data da eleição a comissão eleitoral escolar, de forma simultânea com as demais, iniciará o processo eleitoral na escola com a instalação da Mesa Coletora de votos, obedecendo, de forma integral, o horário de funcionamento de todos os turnos.

Parágrafo Único - A Mesa Coletora será instalada em local adequado, de forma a assegurar a privacidade e o voto secreto do eleitor. Os trabalhos da Mesa Coletora terão início às 8 h e término às 22 h, podendo ser encerrados antes do horário estabelecido, desde que tenham comparecidos todos os votantes.

Art. 51 - A mesa coletora de votos, previamente designada pela Comissão Eleitoral Escolar, será constituída por votantes, sendo 03 (três) membros efetivos e 02 (dois) suplentes, que escolherão entre si o Presidente e Secretário.

Parágrafo Único- § 3º – É vedada a participação de cônjuges e parentes dos candidatos até o 2º grau, inclusive, nos termos da lei civil, na Mesa Coletora.

Art. 52 - Compete a Mesa Coletora :

I – instalar e realizar nos estabelecimentos de ensino o processo de coleta dos votos;

II – autenticar com suas rubricas as cédulas oficiais;

III - verificar, antes de liberar a urna para o eleitor votar, a coincidência da assinatura do votante, através da apresentação do RG ou outro documento oficial de identificação com foto;



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

III – solucionar imediatamente as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem, em primeira instância, ou remeter imediatamente à instância superior, se for o caso.

IV – decidir de imediato os pedidos de impugnação contra a votação;

V – lavrar ata de votação anotando todas as ocorrências;

VI – remeter toda a documentação e a urna para apuração dos seus votos após concluída a votação;

Art. 53 - Em cada Mesa Coletora haverá uma listagem de eleitores da respectiva comunidade escolar.

Art. 54 - Somente poderão permanecer no recinto destinado à Mesa Coletora os seus membros, os candidatos, os fiscais e, durante o tempo necessário à votação, o eleitor.

Art. 55 - O presidente da Mesa Coletora que é, durante os trabalhos, a autoridade superior, assegurará a ordem, o encaminhamento do processo de coleta de votos e o direito à liberdade de escolha do eleitor.

Art. 56 - Não poderão ausentar-se, simultaneamente, o Presidente e o Secretário;

Parágrafo Único - Na ausência temporária do Presidente, o Secretário ocupará suas funções, respondendo pela ordem e regularidade da coleta de votos.

Art. 57 - Nenhuma autoridade estranha à Mesa poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, salvo o presidente da Comissão Eleitoral Escolar, quando solicitado pelo presidente da mesa.

Art. 58 - Não constando na lista de votantes o nome de algum eleitor, a Mesa Coletora tomará o voto do eleitor em separado, recolhendo-o em envelope, que será devidamente fechado e colocado em um segundo envelope onde constará o nome do votante e o motivo do voto em separado e depositado na urna, com registro em Ata, para posterior apreciação pela Mesa Apuradora.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Art. 59 - Uma hora antes do horário previsto para o término da eleição na Escola, os eleitores que ainda estiverem na fila receberão uma senha, que lhes garantirá o direito de votar se o horário de coleta prorrogar-se para além do previsto.

SEÇÃO VIII DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 60 - A apuração será realizada simultânea e ininterruptamente, em sessão pública, em local determinado pela Comissão Eleitoral Central e deverá ocorrer imediatamente após o encerramento da coleta dos votos nas escolas e entrega de todas as urnas para apuração.

Art. 61 – Após o encerramento da coleta de votos, recebidas todas as urnas e respectivas atas, a Mesa Apuradora dos votos será instalada imediatamente.

Art. 62 - A Mesa Apuradora de votos, previamente designada pela Comissão Eleitoral Central, será constituída por votantes, sendo 03 (três) membros efetivos e 02 (dois) suplentes, que escolherão entre si o Presidente e o Secretário.

§ 1º – É vedada a participação de cônjuges e parentes dos candidatos até o 2º grau, inclusive, nos termos da lei civil, na Mesa Apuradora.

§ 2º – A Comissão Eleitoral Central poderá, caso julgue necessário, designar mesas apuradoras auxiliares em quantidade suficiente para o bom andamento da apuração.

Art. 63 - Compete a Mesa Apuradora :

I – instalar e realizar o processo de apuração dos votos das urna;

II – decidir sobre os votos em separado;

III – conferir o número de assinaturas e o de votos de cada urna e decidir sobre a validade da urna;



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

IV – no caso de fraude comprovada, além de anular a urna, deverá encaminhar relatório para a Comissão Eleitoral Central;

V – examinar as cédulas e realizar a contagem das mesmas, inclusive dos votos nulos e dos votos em branco;

VI – solucionar imediatamente as dificuldades ou dúvidas que ocorrerem, em primeira instância, ou remeter imediatamente à instância superior, se for o caso.

VII – lavrar ata de apuração de cada urna anotando todas as ocorrências;

VIII – remeter toda a documentação e as urnas, concluída a apuração das urnas; para a Comissão Eleitoral Central realizar a apuração final;

IX – decidir de imediato os pedidos de impugnação contra a apuração;

Art. 64 – Na Mesa Apuradora haverá uma listagem geral dos eleitores de todas as comunidades escolares.

Art. 65 – Somente poderão permanecer no recinto destinado à Mesa Apuradora os seus membros e três fiscais.

Art. 66- O Presidente da Mesa Apuradora que é, durante os trabalhos, a autoridade superior, assegurará a ordem e o encaminhamento do processo de apuração das urnas.

Art. 67 - Não poderão ausentar-se, simultaneamente, o Presidente e o Secretário;

Parágrafo Único - Na ausência temporária do Presidente, o Secretário ocupará suas funções, respondendo pela ordem e regularidade da apuração dos votos.

Art. 68 - Nenhuma autoridade estranha à Mesa Apuradora poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, salvo o



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Presidente da Comissão Eleitoral Central, ouvido os seus membros, quando solicitado.

Art. 69 - Antes de iniciar a apuração, a Mesa deverá analisar os votos em separado constantes dos envelopes, anulando-os, se for o caso, ou incluindo-os entre os demais existentes na urna, preservando o sigilo do voto.

Art. 70 - A Mesa verificará se o número de assinaturas constantes nas listagens de votantes coincide com o número de cédulas da urna, o fato somente constituirá motivo de anulação da urna, se resultante de fraude comprovada.

Art. 71 - Se a Mesa concluir que a irregularidade resultou de fraude anulará a urna, fará contagem dos votos em separado desta urna, devendo ser encaminhado o relatório circunstanciado da ocorrência acompanhado de toda a documentação comprobatória do ocorrido para decisão da Comissão Eleitoral Central.

Art. 72 - As cédulas serão examinadas e lidas em voz alta por um dos componentes da mesa.

Art. 73 - Após fazer a declaração do voto branco ou nulo, será imediatamente escrito na cédula, com caneta de tinta vermelha, a expressão “branco” ou “nulo”, respectivamente.

Art. 74 - Serão nulos os votos:

I – registrados em cédulas que não correspondam ao modelo oficial e que não estejam devidamente carimbadas e rubricadas;

II – escritos de tal forma que torne duvidosa a manifestação de vontade do eleitor;

III – que contenham expressões, frases ou palavras que possam identificar o votante;



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Art. 75 - Concluídos os trabalhos de apuração os resultados e as ocorrências serão lavrados em Ata de Apuração e, juntamente com as urnas, encaminhado imediatamente à Comissão Eleitoral Central para apuração final.

SEÇÃO IX

DA APURAÇÃO FINAL E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Art. 76 – A apuração final, a divulgação e promulgação do resultado das eleições serão realizadas na ordem e ininterruptamente, em sessão pública, no mesmo local da apuração dos votos e sob a direção da Comissão Eleitoral Central.

Parágrafo Único – A apuração final, e a divulgação do resultado deverá ocorrer imediatamente após o encerramento da apuração dos votos e entrega de todas as urnas e respectivas Atas de Apuração para a Comissão Eleitoral Central.

Art. 77 – Compete a Comissão Eleitoral Central :

- I – verificar toda a documentação recebida;
- II – verificar se a contagem dos votos está aritmeticamente correta, procedendo à recontagem dos votos, se constatado algum erro;
- III – decidir quanto às irregularidades registradas em Ata;
- IV – registrar no mapa de apuração o resultado final, a soma dos votos alcançados pelas chapas, bem como a soma dos votos brancos e dos votos nulos;
- V – apurar e divulgar o resultado final de cada chapa, com o respectivo percentual alcançado por cada uma delas;
- VI – encaminhar a Secretaria de Educação as Atas de Votação e o Mapa de Apuração com o resultado final;



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

VII – manter arquivada toda a documentação até o final do mandato das Direções eleitas, quando procederá a incineração de toda a documentação sob a sua guarda.

Art. 78 – *Serão considerados eleitos o Diretor e Vice-Diretor (es) integrantes da chapa que obtiver maioria simples dos votos, conforme fórmula para apuração de votos constante do Anexo I;*

Parágrafo Único – No caso de empate serão utilizados para desempate os seguintes critérios, na ordem:

- a) o maior tempo de serviço efetivo exercício em atividades do magistério na escola do candidato à Diretor e persistindo o empate;
- b) a maior idade do candidato à Diretor.

Em caso de haver apenas um candidato à eleição, o mesmo terá que ter 50 % (cinquenta por cento) mais 01 dos votos apurados, conforme fórmula para apuração de votos constante do Anexo I;

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 79 - Na data do pleito, haverá aula normalmente;

Art. 80 - Os Diretores e Vice-Diretores que pretenderem concorrer à reeleição não se afastarão do exercício da função.

Art. 81 - Não poderão votar nem ser votados os servidores que estiverem em licença sem vencimentos.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Art. 82 - A documentação dos candidatos eleitos, apresentada no ato do registro da candidatura, ficará arquivada na Secretaria Municipal de Educação durante o mandato.

Art. 83 - Se por motivo relevante ou de força maior, a eleição não puder se realizar na data determinada, a mesma será realizada em caráter extraordinário em dia e horário estipulado pela Comissão Eleitoral Central, através de edital, em até 6 (seis) meses após o prazo previsto nesta lei;

Art. 84 - Os casos omissos serão solucionados pela Comissão Eleitoral Central em primeira instância e pelo Conselho Municipal de Educação, em última instância.

Art. 85 - Integra a presente lei o **Anexo I**.

Art. 86 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cambará, em 01 de agosto de 2014

João Mattar Olivato
Prefeito Municipal de Cambará



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

ANEXO I – FÓRMULA PARA APURAÇÃO DOS VOTOS

(Parte integrante da lei nº XXXXXXXXXXXX / 20__)

A apuração dos votos será feita conforme procedimentos e fórmula a seguir:

I – Procedimentos :

- a) Toma-se o total de votos de pais, ou mães, ou responsáveis, e de alunos, consignados para a chapa, e multiplica-o pelo fator 50 (cinquenta), o resultado deve ser dividido pelo número de eleitores deste segmento, determinando, de forma ponderada, a quantidade de votos destes segmentos;
- b) Toma-se o total de votos de professores e funcionários, consignados para a chapa, e multiplica-o pelo fator 50 (cinquenta), o resultado deve ser dividido pelo número de eleitores deste segmento, determinando, de forma ponderada, a quantidade de votos deste segmento;
- c) Somam-se as quantidades de votos dos segmentos para obter, de forma ponderada, o total geral de votos a ser computado para a chapa.

II – Fórmula : A apuração do total de votos para cada chapa é computada pela seguinte fórmula:

$$\text{Votos} = \frac{\text{Votos PRA} \times 50}{\text{Total Votantes PRA}} + \frac{\text{Votos PF} \times 50}{\text{Total Votantes PF}}$$

Onde :

Votos é o total ponderado de votos alcançados pela chapa;

Votos PRA é o número de votos de pais, responsáveis e alunos para a chapa;

50 é o fator de ponderação por segmento;



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

Votos PF é o total de votos de professores e funcionários para a chapa;

Total Votantes PRA é o número de votos válidos de pais, responsáveis e alunos;

Total Votantes PF é o número de votos válidos de professores e funcionários.



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

ANEXO II

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES (Modelo 1)

Escola

(Nome da Escola)

A Comissão Eleitoral desta Escola, no uso de suas atribuições, previstas pela Lei..... regulamentada pelo Decretoe comunica aos professores, servidores de escola, pais/responsáveis e alunos desta Escola que a(s) Chapa(s) composta(s) pelos (as) professores (as) tiveram sua inscrição homologada na referida data.....de2014:

CHAPA 1

Candidato (a) a

Diretor(a): _____

CHAPA 2

Candidato (a) a

Diretor(a): _____

Comissão Eleitoral

HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES (Modelo2)

Escola

(Nome da Escola)

A Comissão Eleitoral desta Escola no uso de suas atribuições, previstas na Lei nº, e alterações, regulamentada pelo Decreto nº....., e alterações, comunica à Comunidade Escolar (professores, servidores de Escola, pais/responsáveis e alunos) que não houve na referida data.....de2014 chapa(s) inscrita(s).

Comissão Eleitoral



MUNICÍPIO DE CAMBARÁ

E S T A D O D O P A R A N Á

Cambará-PR – 86390-000 – (43) 3532-8800

JUSTIFICATIVA

A presente lei se faz necessária para eleição a nível escolar de cargos de diretoria. O assunto em pauta foi discutido durante meses entre representantes do sindicato dos professores, professores e representantes do poder executivo. Tendo as conversações a termos finais, referentes a necessidade da eleição e forma de sua realização, fora lavrado este projeto

Certo que o assunto merecerá a pronta acolhida e aprovação por parte dos Membros dessa Casa de Leis, reafirmo na oportunidade os melhores protestos de consideração e apreço.

Contando com a colaboração e aprovação dos ilustres vereadores, antecipadamente agradeço.

João Mattar Olivato
Prefeito Municipal de Cambará